

Um Bloco mais forte para mudar o país

Os acordos estabelecidos em 2015 entre o Bloco de Esquerda, o PCP e os Verdes com o PS, afastaram a direita do governo depois de quatro anos de empobrecimento e austeridade, interromperam a vingança contra o 25 de Abril e permitiram recuperar condições de vida e de mobilização popular. Esses avanços constituem vitórias importantes. Concluindo esse ciclo com as eleições de 2019, o Bloco responde ao seu povo com uma certeza: só com mobilização social e mais força da esquerda serão possíveis novos progressos na luta pela dignidade do trabalho, pela igualdade e por justiça na economia em Portugal.

Numa crescente instabilidade internacional, marcada pelo belicismo de Trump, o aquecimento global, a deslocação para a direita da política internacional e a desagregação europeia, o seguidismo relativamente à NATO e às instituições europeias é irresponsável.

1. O nacionalismo ultra-conservador de Donald Trump é a nova forma de afirmação da hegemonia imperial norte-americana face à instabilidade financeira e às dificuldades políticas internas.

A guerra comercial com a China e a União Europeia serve a defesa do sistema financeiro norte-americano e a escalada belicista. O anúncio da mudança da embaixada norte-americana em Israel para Jerusalém, a retirada dos EUA do acordo nuclear com o Irão e as constantes ameaças militares são parte de uma retórica inflamada para ganhos eleitorais internos e com consequências externas imprevisíveis.

Trump garantiu o apoio de França, Alemanha e Reino Unido em ataques à Síria e pressiona o aumento do investimento dos Estados europeus na militarização. A aparente desvalorização da NATO pela administração Trump visa um reforço do unilateralismo e da disciplina neste braço armado da administração norte-americana e do complexo militar-industrial.

O discurso Trump explora os efeitos da crise normalizando respostas racistas, autoritárias e misóginas, reforçando também o crescimento da extrema-direita por toda a Europa.

2. As alterações climáticas são um grave risco global. A temperatura aumentou 1°C desde a época pré-industrial e, mesmo que as metas prometidas em Paris fossem cumpridas, aumentaria outros 3,5°C nos próximos 50 anos, o que garantiria uma catástrofe ambiental com elevados custos sociais.

Os EUA desvincularam-se do Acordo de Paris e a generalidade dos Estados recusa comprometer-se com medidas efetivas de redução da emissão de gases de efeito de estufa. Neste início de século, assistimos por todo o mundo à multiplicação de catástrofes naturais, fenómenos climatéricos extremos, subida do nível das águas do mar e secas prolongadas. Em Portugal, a acelerada erosão da orla costeira, o aumento de períodos de seca, o número crescente de tempestades, a violência dos incêndios e a persistência do

erro da prospeção de petróleo, lembram-nos que nenhum lugar está protegido da ameaça climática.

Os refugiados do clima já são o dobro dos deslocados por violência ou conflitos (muitos deles com causas também ligadas ao clima).

3. A crise dos refugiados, o ultimato à Grécia, o Brexit, o ascenso fascista na Áustria, em Itália e no Leste, a repressão na Catalunha: todos são, por ação ou omissão, sinais de aceleração da desagregação de alguns regimes políticos e da União Europeia.

Agravam-se todos os fatores de crise na Europa. Numa década de crise financeira, prosseguiram a concentração e a desregulação da banca, com sucessivos escândalos de evasão e fraude fiscal e impostos reduzidos para financiar a acumulação. As políticas de austeridade descredibilizam qualquer projeto comum europeu e promovem crises de legitimidade democrática dos Estados. O crescimento da extrema-direita, inflamada por Trump e apoiada por Putin, é também fruto dessa evolução, que persegue imigrantes e refugiados, num enorme rasto trágico, acirrando o ódio xenófobo. A reconstituição do centro pelo liberalismo de Macron ou a chegada de um partido neofascista ao governo da Itália são outras expressões da deslocação da política europeia em direção à direita.

A União Europeia substituiu as já modestas pretensões de coesão social e territorial pela militarização e assume-se como espaço punitivo. Na reação ao Brexit, assiste-se a um reforço das políticas de defesa e segurança em detrimento dos fundos de coesão. Foi criada a Cooperação Estruturada Permanente, primeiro passo para um exército comum. Os projetos de reestruturação da dívida soberana dos Estados, de reformulação do Euro ou de criação de algum tipo de mecanismo solidário europeu foram simplesmente afastados pelo veto do governo alemão e pela subordinação mais ou menos convicta dos restantes. A UE conforma-se com os atropelos às liberdades e direitos humanos por governos proto-fascistas que se instalam em vários Estados membros, mas sucedem-se as ameaças e sanções contra qualquer proposta económica que não siga a ortodoxia neoliberal. Dispensando a democracia e incapaz de um projeto de progresso social, a UE resume-se à estrutura coerciva dos tratados europeus, que impõem uma economia extrativa de rendas e exploradora do trabalho. Esse projeto impõe-se contra as democracias nacionais e, frequentemente, contra o próprio Estado de direito.

4. Perante a desintegração europeia, a esquerda tem a tarefa de construir uma alternativa popular às políticas do centro e capaz de enfrentar e vencer a direita e a extrema-direita. Esse caminho exige uma ruptura com os tratados europeus.

Os elogios à experiência portuguesa por alguma social-democracia europeia não iludem a falência desta, absorvida pela estratégica austeritária e em colapso eleitoral.

A evolução política e eleitoral dos partidos desta família política é a mesma em quase toda a Europa: Alemanha, França, Itália, Holanda. No seu lugar cresce um gigante político conservador, que domina as instituições europeias. No Estado espanhol, um processo em desenvolvimento, a solução política parece depender da disputa pela hegemonia entre a esquerda e o centro.

Com a capitulação dos seus defensores institucionais, desapareceram as propostas de uma reforma progressista da União Europeia. Só é possível uma política alternativa à austeridade e ao neoliberalismo na rutura com os tratados, o que implica um confronto com o diretório europeu. O balanço da chantagem europeia contra a Grécia é claro: se não

dispuser de uma alternativa soberana fora do euro, um governo de esquerda, mesmo com apoio social maioritário, perde o espaço negocial e cede perante o ultimato.

Os tratados europeus criminalizam o investimento público, o reforço do Estado Social e o controlo público dos setores estratégicos. As pressões para a desregulação laboral e para a privatização dos sistemas de pensões são o centro do ataque aos povos europeus. Só a recuperação de esferas fundamentais de soberania democrática permite responder às crises social e económica, reconstruir a legitimidade dos Estados e um programa de solidariedade entre povos.

5. A relação de forças parlamentar saída das eleições legislativas de 2015 permitiu afastar a direita do governo e parar o empobrecimento do país. Essa viragem constitui um triunfo que o Bloco reclama. Mas o balanço dos acordos não pode omitir os seus limites, contradições e insuficiências para a alteração estrutural no país. Ou seja, o que está por fazer.

5.1. A recuperação de rendimentos do trabalho, salários e pensões, anunciada como uma catástrofe económica pela direita e instituições europeias, foi a maior conquista deste período. Esta recuperação, ainda que tímida, foi imposta, no modo e no tempo, pela esquerda: eliminamos num só ano cortes inconstitucionais aos salários, descongelamos todas as pensões e conseguimos aumentos extraordinários, repusemos os feriados roubados, baixamos o IRS, passamos o salário mínimo nacional para 600 euros em 2019 (aumento de 20% na legislatura), estendemos a tarifa social da energia a 700 mil famílias, acabámos com as apresentações quinzenais e o corte no valor do subsídio de desemprego, tudo medidas ausentes do programa eleitoral do PS ou em direta contradição com este. Por proposta e pressão da Esquerda, lançou-se um programa de regularização de precários do Estado, reforçou-se o combate ao assédio no trabalho e a lei contra o trabalho forçado, reverteram-se os cortes e aumentou-se o valor de referência das prestações sociais de combate à pobreza (RSI, CSI, abono de família, e também alterações na renda apoiada e isenção de IMI), e impediu-se a execução fiscal de habitações permanentes. O Bloco bateu-se e negociou a concretização de um novo regime de contribuições para os trabalhadores independentes. O seu resultado económico traduziu-se num reforço da procura que, ainda que limitado, impulsionou algum crescimento e a criação de emprego. Assim foi aniquilado o discurso de uma direita que apostou no regresso da recessão e da troika e cujo único plano para o país foi o regresso ao passado. O Bloco provou ser a força responsável que determina políticas e é coerente com os seus compromissos com os trabalhadores e trabalhadoras.

5.2 Este foi também um período de conquista de direitos civis, muito impulsionada pela intervenção do Bloco nos movimentos sociais e no parlamento. Travada a ofensiva conservadora da direita, reverteram-se as medidas de menorização e cobrança de taxas às mulheres que recorrem à IVG, alargou-se o direito de adoção a todas as famílias, fizeram-se avanços no acesso à PMA e à gestação de substituição e no respeito pela identidade de género, mesmo com bloqueios parciais nestes caminhos, por decisão do Tribunal Constitucional, no primeiro caso, e por veto presidencial, no segundo. A questão da deficiência afirmou-se na agenda política, com avanços, ainda que tímidos. A cannabis medicinal foi legalizada e o direito à morte medicamente assistida, chumbado por apenas 5 votos, tem despenalização anunciada para futuro.

5.3. Na ausência de qualquer acordo com a esquerda sobre as matérias europeias, a obediência do PS ao Tratado Orçamental ditou a escassez de investimento público. A “leitura inteligente” do Tratado Orçamental, com que António Costa fez campanha, consistiu

afinal na ultrapassagem das metas de Bruxelas. Depois de anos de cortes, degradação dos serviços, exigia-se mais do que um ligeiro aumento de dotações, na maioria aquém do crescimento do PIB. As dificuldades de resposta do SNS, da Escola Pública e dos transportes coletivos, a recusa da contagem do tempo de serviço de professores ou do reconhecimento das carreiras dos técnicos de saúde, foram apenas a face mais visível das dificuldades. Os trágicos incêndios do verão de 2017 revelaram um interior abandonado por anos de desinvestimento.

5.4 Mantendo as opções de fundo na legislação laboral e nos privilégios dos setores rentistas, o governo do PS conteve a recuperação de rendimentos do trabalho ao longo da legislatura. No código de trabalho, o PS quis manter as medidas mais gravosas da troika (corte de 3 dias de férias, facilitação e embaratecimento dos despedimentos, etc.), e a caducidade da contratação coletiva. Negou a reforma por inteiro aos 40 anos de desconto e 60 de idade. Nas rendas da energia, após algumas reduções dos subsídios às empresas, negociadas com o Bloco, continuam por concretizar o corte dos CMEC e a contribuição extraordinária das empresas de produção renovável. Na saúde, o governo protegeu o modelo de financiamento que assegura o setor privado. Portugal continua no pódio da precariedade e das desigualdades salariais, da maior fatura doméstica na energia e como o país da União Europeia que gasta mais em PPP em percentagem do PIB.

6. Depois do alívio e da expectativa iniciais, em 2018 vivemos uma retoma de lutas sociais e laborais. Na combinação entre melhorias efetivadas e promessas goradas, existe uma maior consciência social das possibilidades e da necessidade de alternativa.

6.1 No final de 2015, o sinal da política mudou; o medo do corte foi substituído pela exigência da recuperação e as lutas intensificaram-se neste último ano. A redução da chantagem do desemprego contra o trabalho, a promessa de avanços sobre a precariedade, em particular na vinculação de precários Estado (PREVPAP), e uma viragem política que resgatou publicamente o compromisso com o Estado Social criaram uma expectativa que se exprimiu em variadas lutas. Foram marcantes as mobilizações nas profissões da saúde e da escola pública, a organização de precários do Estado, os movimentos reivindicativos na cultura e na habitação, o ativismo ambientalista, greves e manifestações inéditas de trabalhadores temporários, imigrantes e cuidadores informais, a contestação em grandes empresas como a Autoeuropa ou a PT, entre outras.

6.2 O acordo de 2015 demonstrou a falácia do voto útil, alterando premissas persistentes do sistema político. A garantia de políticas à esquerda decorre do reforço do Bloco. O acordo prova que, historicamente, o PS só não encontrou entendimentos à esquerda porque preferiu pactos à direita, prática a que voltou logo após a mudança de liderança do PSD. A ausência histórica de entendimentos à esquerda não foi defeito da esquerda. Foi feitiço do PS. Durante 4 anos, em contrapartida, o Bloco foi uma força estável, de exigência e de garantia. As obrigações do acordo assinado em 2015 foram desenvolvidas pelo Bloco de Esquerda até aos limites estabelecidos pelo PS e pela sua obediência à União Europeia.

A reestruturação da dívida e o controlo público dos setores estratégicos da economia permanecem a chave para uma governação à esquerda.

7. O abrandamento da chantagem europeia contra Portugal é conjuntural e todos os riscos se mantêm. A dívida externa, que é insustentável, permanece como instrumento dessa chantagem.

Em 2015, o diretório europeu preferiu evitar o desgaste político e os riscos sistémicos de um novo processo punitivo contra outro Estado nacional por estar em causa o governo de um partido fiel aos tratados. O PS não incluía no seu programa qualquer reforma estrutural da UE e Mário Centeno a presidir ao Eurogrupo confirmou a garantia do seu alinhamento com o Tratado Orçamental. O cumprimento desses tratados impede uma recuperação sustentável dos direitos dos trabalhadores, depois do choque da austeridade.

Portugal mantém-se refém de uma dívida pública impagável e de um sistema financeiro fragilizado, que permanece um risco para os cofres nacionais e uma oportunidade para os interesses dos capitais estrangeiros. Os juros baixos dos últimos anos não o eliminaram e introduzem novos factores de instabilidade; com a pressão de Trump, com o fim da política de liquidez do BCE, a crise em Itália e a instabilidade internacional, os juros tendem a aumentar. No relatório do grupo de trabalho com o Bloco sobre o endividamento externo, o PS assumiu que as regras europeias são injustas e erradas e que a dívida pública é insustentável, mas o governo recusou as conclusões e não cumpriu a promessa de levar ao Conselho Europeu a questão da renegociação multilateral das dívidas soberanas. Nas decisões sobre a banca, o governo manteve-se alinhado com a estratégia do BCE de concentração europeia e de resgate público de bancos privados. A aceitação da União Bancária retira a Portugal a capacidade de decidir sobre a banca.

Sem reverter as privatizações dos setores estratégicos da economia, Portugal continuará a assistir à sangria dos seus recursos. As privatizações redundaram na pilhagem de empresas construídas pelo investimento do Estado. São exemplos, entre muitos outros, a distribuição de dividendos acima dos lucros pelos CTT, a sangria da PT pela Altice, como o fora anteriormente pelo grupo GES. Assim se foi destruindo boa parte do valor e emprego destas empresas.

Sem controlo dos setores estratégicos, o país está condenado à chantagem do poder económico e incapaz de responder pelo emprego, coesão social ou ambiente. O controlo da energia (EDP e REN) pelo Estado chinês é emblemático desse risco. Mesmo com a energia mais cara da Europa, que empobrece famílias e limita a capacidade produtiva, nenhum governo foi até hoje capaz de acabar com as rendas de privilégio. Sem controlo das empresas estratégicas, não haverá a necessária reconversão energética para combater as alterações climáticas.

Assiste-se a uma pressão crescente para recuperar políticas de bloco central e afastar a influência da esquerda. O Bloco contraria esta pressão, em nome da defesa dos salários, pensões e serviços públicos, da proteção do trabalho e do combate às rendas do capital.

8. O PS procura uma maioria absoluta ao centro e abre a porta a convergências à direita.

O PS tem afirmado as conquistas do diálogo à esquerda. Mas o seu congresso realizou uma viragem do discurso, apresentando esta experiência como um parêntesis na história do partido. Logo depois, o governo anunciou o acordo com o patronato para limitar o efeito das medidas contra a precariedade negociadas à esquerda.

O poder económico aposta na maioria absoluta do PS e, pelo seu lado, Rui Rio assume-se já como futuro colaborador de um governo PS, num bloco central subordinado. Ao longo desta legislatura, o PSD já foi o suporte do PS para a manutenção do alinhamento europeu, travando investimento público e conquistas laborais, viabilizando as vendas do Banif e do Novo Banco. A assinatura de acordos com o PS sobre estratégia de investimentos e municipalização, bem como o apoio ao acordo com os patrões, mostram que o PSD quer favorecer o reposicionamento do governo do PS, substituindo acordos à esquerda por pactos de geometria variável. Esse caminho representa uma viragem à direita e uma ameaça para a defesa do salário e das pensões e para o combate à precariedade.

O Presidente da República tem sido um obreiro dessa hipótese de bloco central. Recorre com eficácia a formas de comunicação que lhe conferem uma popularidade elevada, mas a sua intervenção permanente tem um discurso político marcado pelo silêncio sobre problemas da vida dos trabalhadores, ao mesmo tempo que se assume como um garante da ortodoxia europeia nos orçamentos. A defesa do setor privado da saúde, o elogio das confederações patronais ou a resistência a avanços nos direitos civis, são marcas do seu mandato.

9. O Bloco de Esquerda é sempre a garantia do cumprimento das medidas dos acordos de 2015 e de avanços para patamares mais exigentes de direitos sociais.

No campo laboral, são necessários avanços em 2019 no combate à precariedade no público e no privado. A organização dos precários do Estado mantém a pressão para que a vinculação prometida pelo PREVPAP seja efetiva para muitos setores em que a precariedade foi regra durante décadas. Devem ser concretizadas novas regras para o trabalho por turnos, a limitação do *outsourcing*, o combate à desigualdade salarial ou o fim do corte de “sustentabilidade” no acesso à pensão antecipada.

A defesa do SNS como garante constitucional do direito à saúde e a mobilização dos seus profissionais podem e devem viabilizar uma nova Lei de Bases da Saúde que, em linha com o projeto de Arnaut e Semedo, assegure o acesso universal, gratuito e inclusivo a cuidados de saúde, faça a separação entre setores público e privado da saúde vencendo as parcerias público-privadas e reforce uma visão de prevenção na saúde e de apoio social e comunitário na doença e na deficiência. A alternativa situacionista do atual ministro, apoiada pelo setor privado e pela finança, procura contrariar a exigência de consolidação e desenvolvimento do SNS.

A defesa do direito à habitação é prioritária. É possível ainda em 2018 limitar o alojamento local, acabar com benefícios fiscais e vistos *gold* que promovem a especulação imobiliária e alterar o regime de arrendamento urbano, travando despejos e promovendo os contratos de longa duração.

A causa ambiental em Portugal ganha força e impõe limites às pretensões do governo e das petrolíferas. A autorização de prospecção de petróleo em Aljezur sem avaliação de impacto ambiental criou uma onda de protestos que reforça a exigência da rescisão de todas as concessões para a exploração de hidrocarbonetos.

10. A convergência à esquerda com o PCP é uma componente importante dos avanços sociais neste período e no futuro.

O Bloco valoriza um elevado grau de convergência de posições com o PCP, nomeadamente em questões económicas e laborais, ao nível parlamentar e também no terreno social, desde logo por partilharmos responsabilidades na viabilização da atual solução política. Mantivemos divergências importante com o PCP em matérias como a

paridade entre homens e mulheres, a legalização da cannabis, a extensão da procriação medicamente assistida ou a despenalização da morte assistida. A persistência de acusações sectárias não impedirão o Bloco de se continuar a empenhar no sentido do desenvolvimento das possibilidades de convergência e da recusa do sectarismo entre as esquerdas.

O Bloco apresenta-se ao ciclo eleitoral de 2019 em torno do seu próprio programa e para disputar a representação da maioria.

11. As eleições europeias são o primeiro embate eleitoral de 2019. O Bloco vai às eleições europeias em listas próprias e junta forças à esquerda, numa candidatura internacionalista que recusa a submissão aos tratados.

O balanço dos anos de desintegração europeia é feito em tempos e modos diferentes pelas forças de esquerda na Europa, em função da realidade de cada país. Na ausência de uma estratégia comum a nível europeu a convergência à esquerda reduz-se hoje a experiências específicas de cooperação entre partidos.

O Bloco de Esquerda empenhou-se na criação da plataforma política “Agora, o Povo”, que reúne forças significativas em vários países europeus e que reforça o campo da rutura com os tratados, da recuperação da soberania popular e da solidariedade entre os povos. A plataforma não substitui os espaços de articulação em que o Bloco já participa, do Partido da Esquerda Europeia e do Grupo Unitário da Esquerda no Parlamento Europeu ao Plano B. Sabendo-se que uma parte do Partido da Esquerda Europeia aceita as decisões do governo Syriza, o Bloco recusa este caminho.

A base do nosso programa é a recuperação do emprego, dos direitos do trabalho e do Estado Social, uma estratégia económica contra as alterações climáticas e o compromisso feminista e antirracista, a recusa da Europa fortaleza e a solidariedade entre os povos.

12. Nas eleições legislativas o Bloco apresenta-se ao país com um programa de governo e uma proposta de governação à esquerda.

O Bloco tem hoje mais responsabilidade, mais força social, mais quadros preparados e mais interlocutores nas diversas áreas da luta política. O trabalho desenvolvido ao longo deste mandato, nos encontros e fóruns setoriais, locais e nacionais, reuniu um grande número de ativistas e especialistas, aderentes do Bloco e independentes, cujo contributo preparará o programa de governo a apresentar na campanha legislativa de 2019.

O Bloco juntará forças em torno de um programa de transformação económica e social, numa perspectiva socialista, ecologista, feminista e antirracista. Este programa terá no seu centro a reconstrução de direitos do trabalho, combatendo a precariedade, promovendo o pleno emprego, colocando a inovação e tecnologia ao serviço do aumento do emprego e dos salários, com diminuição da penosidade do trabalho e do horário do trabalho. Proporá a reestruturação da dívida pública e a nacionalização dos setores estratégicos, como elementos centrais de recuperação da soberania económica, e uma revolução fiscal que financie um Estado Social com respostas universais. Pensará regionalização e descentralização, com combate às assimetrias e redes de serviço público e apoio social capazes de responderem a toda a população. Incluirá a modernização e capacitação da Escola Pública, do Serviço Nacional de Saúde, da Justiça, da Cultura e da Ciência e a concretização do direito à Habitação. Desenvolverá estratégias para a

reconversão energética, transportes e ordenamento, soberania alimentar, proteção da floresta, costa, solos e águas, respeito pelo bem-estar animal e o combate às alterações climáticas. Exigirá mais transparência e combate à corrupção, incluindo a separação entre público e privado e o fim das PPP. Proporá uma democracia sólida, combatendo o conservadorismo, o racismo, a violência de género e todas as desigualdades e formas de exclusão, promovendo o acolhimento de imigrantes e a inclusão das pessoas com diversidade funcional.

Em 2019, o Bloco quer ser força de governo, com uma nova relação de forças. Um governo de esquerda dá uma garantia ao povo: defende o salário, a pensão e o emprego. Não aceita recuos, nem a precarização do trabalho nem a redução do salário e da pensão. Esse governo fará o que o PS recusou fazer, partindo do ponto em que o PS travou, sem tibiezas: relançar a saúde e escola públicas e a dignidade do trabalho, combater o rentismo e recuperar a propriedade de bens estratégicos na economia e no ambiente. Em simultâneo, abrir um processo de alteração dos tratados europeus para a redefinição da política económica e da dívida. Sem essa redefinição, não há espaço para políticas de esquerda.

O Bloco tem hoje aderentes e iniciativa em mais concelhos do país e é reconhecido em todo o território como interlocutor em políticas nacionais, regionais e locais.

13. Nas eleições regionais da Madeira, a criação de alternativa à esquerda depende do reforço do Bloco de Esquerda.

A Madeira permanece uma das regiões mais desiguais e com maiores índices de pobreza do país. O governo regional, incapaz de responder à crise social e económica da região, esconde-se na estafada responsabilização do governo da República para esconder a sua inação e subserviência aos interesses económicos instalados na região.

O PSD de Miguel Albuquerque está enfraquecido e, pela primeira vez, é possível retirar a direita do governo. O PS decidiu candidatar Paulo Cafôfo, que ganhou a Câmara Municipal do Funchal numa coligação em que o Bloco participa desde a primeira hora. A escolha do PS-Madeira passa por uma candidatura estritamente partidária e cujo programa se alinha com os interesses económicos dominantes na Madeira, sendo coordenado pelo administrador de um importante grupo privado da região. Um governo do PS, a sós ou com o CDS, estaria limitado a uma alternância incapaz de romper com os setores rentistas e a promiscuidade entre público e privado que marcam o atraso da região.

Só o crescimento do Bloco de Esquerda pode garantir uma alternativa política na Madeira. O Bloco apresenta-se às eleições regionais da Madeira com um programa centrado no combate à corrupção e ao rentismo e nas respostas sociais e económicas urgentes para o combate à pobreza e à precariedade.

14. Nos Açores, o Bloco de Esquerda é a oposição que não cede à predação dos interesses internacionais nem desiste do desenvolvimento e qualificação.

É necessário transformar a posição geoestratégica dos Açores numa valência económica, combatendo a lógica militarista ao serviço do imperialismo norte-americano. A gestão dos solos e fundos marítimos da atual ZEE e futura plataforma continental adjacente aos Açores deve ser responsabilidade dos órgãos de governo regionais, com o apoio de um centro de investigação para as ciências do mar a constituir.

15. A representação autárquica do Bloco, tendo progredido, é ainda reduzida. Articular a intervenção local e nacional é uma prioridade da organização.

Em Lisboa, o crescimento do Bloco impediu a maioria absoluta do PS e forçou um acordo de governação autárquica com ganhos à esquerda. A gratuitidade dos manuais escolares em todos os ciclos e a lançamento das salas de consumo assistido são produto desse acordo. Nos próximos meses, esse acordo será testado em questões centrais como os transportes públicos e a habitação.

O enraizamento do Bloco exige um trabalho local que não se esgota na representação autárquica e disputa espaços de interlocução popular. Hoje, com representação em localidades onde a sua organização só agora se inicia, o apoio a este trabalho é essencial. Para promover a articulação da intervenção local e autárquica, cria-se um grupo de organização autárquica, dotado dos meios necessários a este apoio.

16. No plano da organização, o objetivo é promover a intervenção política das e dos aderentes em ativismos e movimentos sociais.

A experiência dos encontros locais, nacionais e internacionais reforçou o Bloco. Militantes e independentes envolveram-se nos debates e na construção da agenda. Foi assim em temas como o trabalho, a floresta, o ambientes, a deficiência, a saúde, os direitos LGBTI+, a educação, a causa animal e também a solidariedade internacionalista. A Mesa Nacional e as organizações distritais e concelhias devem promover espaços de encontro e debate que aprofundem essa experiência e a estendam a novas áreas e formas de intervenção.

O Bloco deve criar condições para participação de toda a sua militância, aumentando os espaços de debate e formação, também a nível local, e promovendo práticas feministas, antirracistas e de inclusão da diversidade funcional.

17. A estagnação ou a perda de sindicalização tem sido um processo longo. A renovação do movimento sindical é o desafio essencial para a esquerda social.

O Bloco de Esquerda considera como uma das suas intervenções estratégicas, a sua ligação aos movimentos laborais. Temos vindo a intervir em defesa dos trabalhadores e das populações nas lutas da PT/Altice, CTT, EDP, nas Minas da SOMINCOR, EFACEC, EMEF, CP, dos trabalhadores das pedreiras e por turnos, dos professores e da administração Pública, dos precários do Estado, e nas empresas de trabalho temporário, e muitos outros.

O Bloco deve criar laços e organização de proximidade nos locais de trabalho e apoiar as e os ativistas laborais. Esse trabalho passa pela criação de núcleos, pela formação e pela promoção da sindicalização, apoio à intervenção sindical no local de trabalho e à criação de Comissões de Trabalhadores, bem como pela defesa de mecanismos da participação democrática nos sindicatos e da garantia de independência das organizações representativas de trabalhadores.